

O PROFESSOR AUXILIAR JUNTO AO ESTUDANTE COM NEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jean Sousa de Medeiros Filho ¹
Jésica Alves da Silva ²
Natália de Oliveira Rodrigues ³
Jammerson Yuri da Silva ⁴

RESUMO

Ao observar o contexto da Educação Básica brasileira, é percebida uma crescente demanda de profissionais que atuam na condição de professores auxiliares de sala, na lida com o atendimento de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), principalmente de crianças e adolescentes neurodivergentes. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo central analisar quais são e de onde partem as principais dificuldades da atuação dos referidos profissionais em recorte. Os procedimentos metodológicos utilizados para produção deste trabalho foram: produção e compartilhamento de um formulário com perguntas para a construção de dados que nos permitem investigar as práticas dos que atuam junto aos estudantes com NEE; análise do que a legislação vigente diz a respeito desta prática pedagógica e, por último, análise da revisão bibliográfica do que vem sendo discutido acerca do tema. Como referência bibliográfica, utilizamos os autores como Mantoan, Sasaki e Deliberato, no que diz respeito à temática da Educação Inclusiva; e Nóvoa e Libâneo, referente à formação docente. Entre os principais resultados encontrados, destacam-se: uma lacuna na formação dos cursos de Pedagogia, relacionada à profissão referenciada; ausência de reconhecimento como profissionais da educação e, por fim, necessidade de direcionamento de suas funções. Tais resultados implicam a necessidade de mapear o que vem sendo discutido no âmbito acadêmico com o objetivo de subsidiar tal práxis, assim como compreender o que é preciso para ajustar as carências desta formação.

Palavras-chave: Formação Docente, Educação Especial, Professor Auxiliar, NEE.

INTRODUÇÃO

No âmbito da Educação Brasileira, nos últimos anos, há um notório aumento nas demandas da educação contemporânea, em relação aos profissionais que auxiliam as estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), em virtude de questões que envolvem o suporte destinado a elas, nas atividades pedagógicas no contexto escolar. Nesse sentido, percebe-se que muitos desses profissionais são estudantes do

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; jean.medeiros.110@ufrn.edu.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; jesica.alves.059@ufrn.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; natalia.rodrigues.071@ufrn.edu.br

⁴ Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre e doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN); jammerson_yuri@hotmail.com.

curso de Pedagogia e de outras licenciaturas que, ainda em formação, são designados a atuar com o público referido, tornando seu desempenho desafiador, trazendo à tona problemas que merecem atenção.

A premissa para escrever este trabalho advém das experiências vividas pelos autores deste artigo, enquanto professores auxiliares em formação, igualmente questionando como é possível tornar essa função mais significativa na formação docente e na vida dos estudantes com NEE. Sendo assim, o artigo tem como objetivo central analisar quais são e de onde partem as principais dificuldades da práxis educativa, visando sempre melhorias para a qualidade do apoio que o discente está recebendo e para um melhor desempenho no exercício do estágio do docente em formação.

Como movimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa de cunho quantitativo, no qual produzimos um formulário intitulado “*Atuação do Professor Auxiliar nas Instituições de Ensino*”, unindo-a a uma revisão bibliográfica referente a autores que trabalham a temática; sendo eles Maria Teresa Mantoan (2003), Romeu Kazumi Sassaki (2009) e Débora Deliberato (2012), juntamente com Antônio Nóvoa (1992) e José Carlos Libâneo (2001), entre outros.

Partindo da análise dos resultados do questionário e referencial teórico da temática, a escrita foi conduzida por caminhos que buscam tratar os seguintes pontos: 1) a necessidade de avançar para uma atuação como professor auxiliar tomando rumos diferentes e mais integradores; 2) uma realidade complexa de pedagogos em formação que compartilham as mesmas dificuldades, ao depararem-se com esses desafios e por ter, na estrutura curricular do seu curso, apenas um componente de Educação Especial na perspectiva inclusiva; e 3) a procura independente e com pouca orientação por meios para uma boa desenvoltura junto aos alunos NEE. Dessa forma, o que vem sendo abordado até aqui, demonstra o quanto a comunidade escolar e os demais órgãos envolvidos carecem de investimento em conhecimento no que diz respeito à orientação e suporte e como desenvolver plenamente tudo que o aluno pode realizar.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo tem caráter quantitativo, no qual desenvolvemos um formulário intitulado “*Atuação do Professor Auxiliar nas Instituições de Ensino*”. O mesmo foi composto por 10 questões objetivas, que tratam

assuntos como, desde gênero, idade e período do curso em que o respondente estava cursando, até perguntas que buscam especificar mais a discussão sobre a atuação desse professor auxiliar e sobre a importância de uma formação mais direcionada para essa prática.

O questionário permaneceu aberto para coleta de dados no período de 13 a 20 de Março de 2024, contabilizando um total de 53 respostas. Foi direcionado para pessoas que atuaram ou encontravam-se atuando em instituições de ensino como professor auxiliar (estagiário) junto às crianças com NEE, com intuito de levantar dados sobre como está sendo a experiência neste segmento escolar. Para alcançar os objetivos das reflexões, foram elaboradas 10 questões que abordam gênero, idade e período do curso de Pedagogia, como também perguntas mais específicas com a temática relacionada à atuação do professor auxiliar e a preparação para exercer esta função.

Para nortear a nossa discussão e contribuir para os nossos dizeres e reflexões, tomamos como base a legislação em vigor, na qual usufruímos da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015. Como revisão bibliográfica, dialogamos com os autores: Mantoan, Sasaki e Deliberato para tratarmos do tema relacionado à Educação Inclusiva. Como também, Nóvoa e Libâneo para embasar nossa discussão sobre formação docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O principal cerne da discussão proposta parte da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nas escolas regulares como um direito garantido pela legislação brasileira, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Nesse sentido, ambas as leis revelam a necessidade de embasamento legal para garantia de fatores essenciais para o grupo mencionado, no esforço de reverter as práticas que compõem a realidade de muitas instituições de ensino, ao demonstrarem uma face despreparada para lidar com o atendimento às necessidades educacionais das crianças NEE. Tal questão está diretamente relacionada a um possível déficit na formação inicial de professores, oferecida pelas universidades, e a necessidade de melhoria na formação continuada para os educadores atuantes na educação básica, problemática analisada pelo presente texto.

Com base nisso, cabe mencionar o que a Lei nº 13.146, de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – traz em seu capítulo IV: é função do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, protegendo-a contra toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015). Tal documento traz o embasamento para que se questione os avanços relacionados à educação especial e se, no modo como ela se efetua, há a colaboração para o desenvolvimento do estudante e também para o lado profissional dos professores.

Além do mais, na realidade escolar, a relação professor-aluno faz-se crucial para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, indo além da transmissão de conhecimento, atingindo aspectos afetivos, cognitivos e sociais, que influenciam diretamente nas práticas desenvolvidas na sala de aula. Portanto, no quesito da Educação Especial, o processo segue pelo mesmo caminho, no qual esses valores devem ser igualmente respeitados e cultivados. Um ambiente de confiança, respeito e empatia favorece o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos NEE, enquanto uma relação distante ou conflitante pode dificultar o progresso. Portanto, é essencial que o professor esteja atento às necessidades dos alunos e crie um vínculo positivo e construtivo.

Nesse contexto, Deliberato (2012) afirma que:

Profissionais da educação e da educação especial têm discutido a importância dos aspectos da comunicação do aluno com necessidades educacionais especiais, quer no ensino regular ou no ensino especial. Propiciar recursos e procedimentos que viabilizem a interação entre o aluno com necessidades educacionais e o professor e entre os demais interlocutores poderia favorecer a participação deste aluno não só nas interações sociais, mas nas atividades pedagógicas proposta pelo planejamento do professor (DELIBERATO, 2009, 2010, APUD, DELIBERATO, 2012, p. 227).

Sendo assim, é possível encontrar caminhos valorosos para que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas, especialmente no contexto da educação inclusiva, uma vez que suas contribuições abordam artifícios como a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) – entre elas, Tecnologias Assistivas, que facilita a interação de pessoas com deficiência e TEA. Tais entendimentos conduzem à compreensão sobre a inclusão no meio escolar. Contudo, ainda há uma parcela insuficiente dessa compreensão que considera a importância de capacitar professores e gestores escolares.

Cabe, então, tratar o conceito de inclusão para Mantoan (2003), a qual considera tal prática como a democratização do ambiente escolar para novos grupos sociais, em que escolas inclusivas ajudam na promoção de um novo modo de organização do sistema educacional, a partir das necessidades dos indivíduos presentes. Para tanto, a autora justifica que ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora (MANTOAN, 2003).

Considerando tal contribuição, a produção segue paulatinamente para a construção de propostas que visem elaborar uma práxis pedagógica que foque na realidade diversificada e multifacetada do ambiente escolar. Logo, torna-se imprescindível refletir como direcionar a formação docente (inicial e continuada) para colaboração não apenas de uma escola inclusiva, mas principalmente de uma sociedade inclusiva; uma vez que, de acordo com Mantoan (2003),

[...] Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (Mantoan, 2003, p.43).

Portanto, considera-se importante entender quais os caminhos precisam ser seguidos para redesenhar a educação inclusiva. Para tornar isso possível, a ressignificação deve iniciar na formação docente, pensando em como a temática é tratada ainda na graduação, visto que a perspectiva inclusiva da educação transpassa toda e qualquer discussão que visa a educação como um todo. Dessa forma, entende-se que a formação inicial dos professores no Ensino Superior desempenham esse papel fundamental na construção das competências desses profissionais para sua prática pedagógica.

Contribuindo para esse entendimento, Nóvoa (1992) fala que

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista a construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (Nóvoa, 1992).

Nesse sentido, precisa-se entender que o processo de aperfeiçoamento docente é contínuo e, necessariamente, visa o desenvolvimento de novas habilidades, assim como a melhoria de suas práticas pedagógicas. Em outros termos, a formação continuada deve possibilitar aos educadores adaptações às mudanças constantes no sistema educacional, social e tecnológico; priorizando a difusão de métodos e receitas pedagógicas prontas, em vez de promover o desenvolvimento crítico e criativo dos futuros docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio remunerado e não obrigatório, oferecido pelas instituições públicas e privadas de ensino básico, é de grande relevância para o indivíduo que encontra-se em formação docente, tanto no caráter de política de permanência como para o processo de aprendizagem do profissional. Nesse sentido, o tema proposto pelo presente trabalho demonstra uma necessidade de discussões mais aprofundadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), uma vez que, partindo das respostas obtidas na pesquisa realizada, há o sentimento de déficit nas discussões acadêmicas, o que causa apreensão nos estudantes universitários, despertando o sentimento de despreparo para exercer plenamente o trabalho de estágio em professor auxiliar.

Ao citar esses profissionais em formação, incluem-se os autores deste artigo, visto que um dos motivos para o escrito é a atuação na área como professores auxiliares que atuam com estudantes com NEE. Ao falarmos desse grupo de crianças e adolescentes, refere-se ao público-alvo da Educação Especial, porque são estudantes que necessitam de um apoio escolar voltado para suas especificidades de aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, tal profissional torna-se uma das pessoas que estão diretamente envolvidas com o suporte a esses estudantes.

Assim, é imprescindível determinar quais as funções de um professor auxiliar no contexto da Educação Especial, principalmente, em uma perspectiva inclusiva, visto que ele é a pessoa que estará diariamente ao lado desses estudantes, buscando encontrar caminhos, junto à equipe pedagógica, que contribuam para o processo de ensino aprendizagem, possibilitando alcançar os objetivos propostos de acordo com as necessidades encontradas.

Apesar da característica autônoma do processo formativo dos profissionais mencionados, é indispensável rever a necessidade de aprofundamento dessa discussão nas Instituições de Ensino Superior que tenham os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. Isto é, os estagiários precisam ter a autonomia de buscar caminhos que incrementem sua atuação docente; contudo, a universidade, através do diálogo docente-discente, tem grande parcela na responsabilidade em dispor de recursos que abarque essas questões. Como exemplo, disponibilizar mais componentes na estrutura curricular obrigatória que tenham em sua ementa e objetivos a discussão da temática abordada.

Para endossar o que este artigo visa discutir, apresenta-se o conceito de inclusão abordado por Romeu Sasaki, que diz:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (Sasaki, 2009, p. 1).

A partir disso, o autor instiga a reflexão sobre a inclusão que está sendo proposta na nossa sociedade, acerca da necessidade de considerar toda a diversidade humana, para que ela se aproprie e seja adaptada para cada realidade. Ao pensar nisso, tomando consciência da sua influência no âmbito educacional, destaca-se a face recente da perspectiva inclusiva na educação especial. Com isso, percebe-se que, mesmo passadas algumas décadas, ainda há o enfrentamento de entraves relacionados à práxis inclusiva, uma vez que é enraizada a visão metódica e mecanicista na educação.

Isso demonstra que as instituições de ensino da Educação Básica, no Brasil, encontram-se pouco preparadas para desenvolver um trabalho de educação inclusiva. Para tanto, urge ressignificar seu conceito de inclusão, de modo em que busque-se trabalhar o currículo a partir de metodologias e (re)planejamentos estratégicos, pensando naqueles que necessitam de recursos diferentes para alcançar os objetivos de aprendizagem. Com isso, é possível elencar alguns motivos para que a educação inclusiva ainda apresente dificuldades e que, se a base não for bem consolidada, há grandes chances dos problemas serem resolvidos apenas superficialmente.

De acordo com Hugo Beyer (2010, p.73): “O atendimento dos alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino aumenta em termos de desafio como resultado da formação docente lacunar”. Tal afirmativa implica na reflexão que os docentes em formação – componentes ativos na promoção da inclusão – assim como

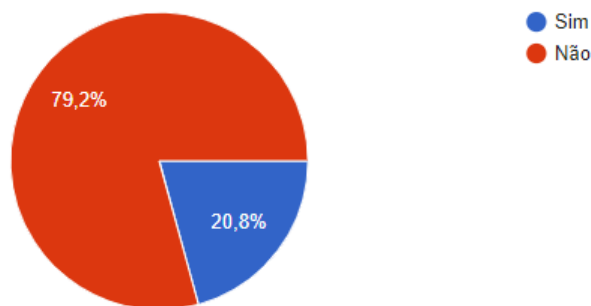
aqueles que já estão graduados, enfrentam desafios quando adentram a sala de aula, pois a demanda escolar atual vem se modificando há décadas e permanecem com escassez no preparo desses profissionais para a nova face educacional.

Ao indagar sobre o apoio e orientação recebidos das instituições de ensino onde atuam, dos 53 respondentes, 42 afirmaram que não recebiam esse suporte. Portanto, cabe relacionar novamente com o que diz Beyer (2010): mesmo os estudantes estando em uma formação docente consistente, possuem discernimento suficiente para considerar como está a qualidade da sua formação e se ela atende às demandas da sala de aula, uma vez que já estão atuando como professores auxiliares (FIGURA I).

FIGURA I – PERGUNTA Nº 8: SOBRE APOIO, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

8- Você recebe apoio/orientação/formação de como lidar com os alunos com Necessidades Educacionais Específicas, na instituição em que você atua?

53 respostas



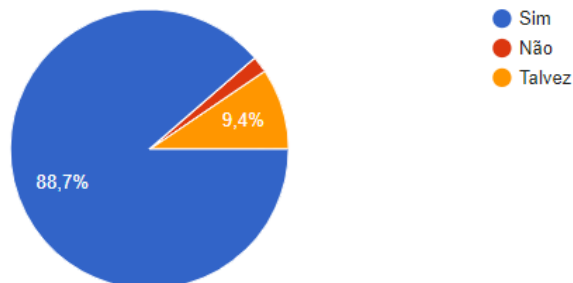
(FONTE: DADOS DA PESQUISA AUTORAL)

A partir dos dados coletados, 88,7% das respostas demonstram que os professores auxiliares que estão atuando com crianças NEE consideram mais significativa a formação específica e assertiva para sua prática; ou melhor, essa formação continuada e mais assertiva se tornam mais relevantes tanto para o profissional, como para aquele aluno que está sendo auxiliado, o que já demonstra um certo enfoque para a necessidade e o anseio dos mesmos por uma orientação maior (FIGURA II).

FIGURA II – PERGUNTA 9: SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA

9- Você considera que após uma formação específica para ser professor auxiliar de crianças com Necessidades Educacionais Específicas, a sua atuação como docente seria mais significativa?

53 respostas



(FONTE: DADOS DA PESQUISA AUTORAL)

No que diz respeito à graduação no curso de Pedagogia da UFRN – curso de formação dos autores deste texto – percebe-se que componentes referentes à educação especial são explorados de forma introdutória, o que dá a sensação de escassez na formação para graduandos, em virtude da ausência de noções práticas. Conseqüentemente, implica na atuação dos estágios, já que, desde o estágio não obrigatório remunerado, somos direcionados para trabalhar com alunos NEE.

De acordo com Libâneo (2001),

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. (Libâneo, 2001)

Atualmente, na estrutura curricular⁵ atual do curso de Pedagogia da UFRN, os discentes têm contato com o componente de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva, no 4º período do curso, sendo esse o único componente a abordar as temáticas em questão; entretanto, o atual regimento já permite que, a partir do 2º semestre, os graduandos prestem estágio não obrigatório e remunerado. Partindo disso, percebe-se a necessidade de melhoria nos componentes que abordam essa temática, fomentando o aprofundamento de conhecimentos e práticas que permitam uma melhor capacitação e orientação destes, para lidar com a diversidade educacional desde sua formação inicial.

⁵ Link da grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN):

■ Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.PDF

Partindo disso, percebe-se a dificuldade que os professores – sejam eles graduados ou em formação – têm em lidar com a demanda contemporânea das salas de aula, no que diz respeito à lida com estudantes NEE, revelando uma carência na formação inicial e também continuada. Conforme aponta Mantoan (2003), é fundamental que essa formação seja revista e reavaliada, a fim de que conheçam práticas que colaborem para a inclusão da diversidade encontrada. Desse modo, a formação deve conter temáticas que trazem à tona mecanismos que tornem a educação inclusiva possível.

Desse modo, as escolas também precisam entender a Educação Inclusiva como colaboradora de uma sociedade mais justa e igualitária e não apenas como mais uma demanda a ser atendida superficialmente, sem caráter científico. Isto é, a construção desse conhecimento precisa garantir o desenvolvimento de atividades pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes com NEE, para mitigar a sensação de angústia sentida pelos professores ao não saber como agir diante das situações que envolvam esses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o que vem sendo discutido até aqui, conclui-se que o primeiro ponto de partida para reversão das problemáticas abordadas, pode-se pensar que a necessidade da atuação como professor auxiliar, que atua junto aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, necessita de direções distintas das que possuem atualmente. Dessa forma, nota-se que a atuação docente desse profissional, tem grande potencial de ser mais significativa, se for embasada em conhecimentos científicos e que contemple as demandas do cenário educacional atual. Com isso, até mesmo sua atuação no processo de aprendizagem dos seus alunos será mais expressiva.

Outro ponto a ser considerado é a realidade dos estudantes do curso de Pedagogia e de outras licenciaturas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, a partir do segundo período do seu processo formativo, já têm a possibilidade de atuar como estagiários da Educação Básica da região. Por esse motivo, os estudantes mencionados compartilham as mesmas dificuldades dos professores já formados, no que concerne a prática da Educação numa perspectiva inclusiva. O presente artigo aponta que isso acontece, pois a estrutura curricular dos cursos oferece apenas um componente obrigatório que fomentam discussões nesse viés, o que revela a possível necessidade de

revisão dessa estrutura, pensando em novas formas mais aprofundadas de contribuir para a atuação dos futuros docentes na Educação Inclusiva.

Considera-se importante outra reflexão: quais motivações levam os graduandos que optam pelo estágio não obrigatório e remunerado, mesmo ante essas dificuldades? Nesse caso, a principal motivação é o contexto socioeconômico no qual esses estagiários estão inseridos, sendo a maioria deles pessoas entre 20 e 30 anos, conforme nos foi exposto em nossa coleta de dados, que necessitam do valor da bolsa como meio de garantia da permanência e condições estruturais para concluir o curso.

Toda a questão tratada até aqui aponta, ainda, para a busca independente dos professores auxiliares por referências e práticas para execução de um trabalho relevante junto aos alunos NEE. Além disso, há uma orientação escassa por parte dos docentes da instituição de ensino superior mencionada para os professores em formação; e das escolas, para os professores auxiliares e regentes, que estão em sala de aula, na lida com o público mencionado.

Por fim, os apontamentos do trabalho parte da pretensão de construir, concomitantemente, uma educação mais equitativa e inclusiva, podendo ser, também, significativa, visando sempre o bem-estar e a qualidade do ensino do grupo de estudantes em questão, a fim de tornar a realidade escolar mais democrática. Considerando que a educação é dinâmica e está em constante evolução, cabe a todos os profissionais envolvidos trabalhar para que esses objetivos sejam alcançados, tomando consciência do que propõe este texto.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre. Mediação, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 set. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab#art127.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DE AZEREDO, J. L.; PIZZOLLO, M. C. C.; DE BITENCOURT., R. L. A formação continuada de professores: um espaço para autoria? **Revista Internacional de Formação de Professores**, p. Itapetininga, v. 3, n. 3, páginas 148- 166, 18 jun. 2018.

DOS SANTOS BOETTGER GIARDINETTO, A. R.; DELIBERATO, D.; AIELLO, A. L. R. Sistema de comunicação alternativa na interação de um aluno com autismo e seu professor. **Revista teias**. v **13**, n. 30, set/dez, p. 227–245, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. *Educar em Revista*, n. 17, p. 153–176, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna. 2003.

NÓVOA, Antônio (Coord.). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992. p. 139-158.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.